

MACHADO, Vanderlei Hermes. **Do berço ao túmulo: família e cartórios no Paraná.** Tese Doutorado em Sociologia. Curitiba: UFPR, 2016.

Mônica Helena Harrich Silva Goulart¹

- Enviado em 30/09/2017
- Aprovado em 08/12/2017

Desenvolvida por Vanderlei Hermes Machado², "Do berço ao túmulo: família e cartórios no Paraná" se coloca como uma tese de doutorado fecunda e relevante para entendimento da chamada "caixa preta" que constitui a situação cartorária no estado do Paraná. Orientado pelo Professor Doutor Ricardo Costa de Oliveira, no programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, o autor enfatiza que os cartórios vão além de instituições que visam à preservação da memória histórica pelo fato de reunirem e preservarem diversos registros. O vínculo histórico se estabelece, sobretudo, entre os cartórios e as estreitas relações de parentesco de seus proprietários com vários políticos paranaenses.

Considerada como instituição importante, os cartórios são apresentados como instrumento social que tende a regular e legitimar a sociedade. São inseridos na vida dos cidadãos desde o registro de nascimento, passando por inúmeras obrigatoriedades de regularização de documentos de natureza diversa, até a morte, por meio da certidão de óbito.

A análise fundamenta-se através de uma abordagem histórica destacando detalhadamente as legislações e suas mudanças e as origens dos cartórios no Brasil, cujas atividades cartoriais e de registro remontam desde os tempos coloniais, e no Paraná através do resgate da legislação, que já recomendava, em lei de 1899, a necessidade de realização de concursos³ para a concessão das serventias extrajudiciais.

O sistema cartorário torna-se mais um conjunto de instituições que são atravessadas por interesses familiares, uma vez que a titularidade é concedida a partir de vínculos de parentesco e relações estreitas com políticos. Nessa perspectiva, Vanderlei sinaliza que o objetivo pela preservação dos cartórios nas mãos

¹ Professora Adjunta de Sociologia e Política na UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UFPR (Universidade Federal do Paraná). Contato: mharrich@uol.com.br.

² MACHADO, Vanderlei Hermes. **Do berço ao túmulo**: família e cartórios no Paraná. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes teses/tese vanderlei hermes machado.pdf.

³ O primeiro concurso de provas e títulos realizado no estado do Paraná ocorreu somente em 2012. Contudo, foram detectados e apontados pela mídia uma série de irregularidades neste concurso, desde lacunas no edital, problemas na banca avaliadora e até mesmo nas questões da prova.

das famílias políticas e históricas do Paraná ocorre em contradição aos processos de racionalidade e modernização da própria sociedade. Tal luta pelo controle e manutenção pode ser relativamente compreendida, ainda que na contramão da legalidade⁴, quando o autor apresenta os expressivos valores arrecadados semestralmente por vários cartórios do estado, chegando alguns ao montante de seis milhões de reais. Contudo, aponta que os respectivos lucros informados pelos titulares não precisam ser comprovados obrigatoriamente pela ANOREG-PR (Associação dos Notários e Registradores do Paraná), haja vista que boa parte de seus representantes são membros de famílias cartorárias tradicionais no estado.

Nesse sentido, a pesquisa empírica documental aponta que a permanência de certas famílias se dá por meio de irregularidades nas formas de remoção e permuta que ocorrem fora dos prazos definidos pela lei, bem como nas estratégias utilizadas entre familiares onde os mais novos do clã prestam concursos em lugares pouco concorridos e, em pouco tempo, são removidos para os cartórios mais rentáveis onde os antigos titulares passam a assumir as recentes serventias extrajudiciais.

Ao comprovar a rede de interesses políticos e relações familiares que definem a dinâmica hereditária de boa parte dos cartórios no Paraná, enquanto instrumentos do jogo político, o autor apresenta exemplos de municípios ondem existem linhagens cartoriais, definidas pelo longo tempo de titularidade de famílias e seus sobrenomes, bem como destaca as redes de poder político que os envolvem. Para tanto, define quatro pilares de investigação que perpassam a análise, ou seja, a relação entre famílias cartoriais, suas dinâmicas sociais e seus vínculos políticos: i) o motivo da concessão de cartórios para determinadas famílias, ii) quais as redes que tais famílias fazem parte, iii) como essas famílias adquirem perenidade nos cartórios e, iv) como será o futuro dos referidos grupos após as determinações (obrigatoriedade de concursos para titularidade) definidas pelo CNJ.

Tratando-se dos municípios e das famílias cartorárias, existem alguns exemplos interessantes uma vez que "(...)a relação entre poder, política, família e cartórios no Paraná, é muitas vezes considerada promíscua, uma vez que em quase a sua totalidade, o tráfico de influências e a violação a marcos legais que regem a instituição, é um fato presente e explorado pela mídia paranaense". (MACHADO, 2016, p. 102).

Segundo o autor, Curitiba possuía em 2015 o total de 69 cartórios, muitos destes em situação irregular, segundo o CNJ, além de alicerçados hereditariamente por família históricas e ligadas à política e políticos do estado. Podemos citar: como no caso de cartórios da família Leão, da família Macedo Dalla Vecchia, da família Portes Name, da família Pospíssil (que possui concessão desde 1866), da família Gomy Ribeiro Urban, da família Cunico Aguiar, da família Portugal Bacellar (histórica), da família Cunha Marques Kuster (cuja concessão se encontra na terceira geração), da família Baptista (com serviço distrital que remonta 1953), da família Motta Ribeiro (cujo Tabelionato de Notas fora criado em 1963), da família

10.5380/nep.v3i4

⁴ Segundo levantamento disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2010, o Paraná apresentava 32% de seus cartórios (num total de 1100 unidades) com irregularidades.

Laporte (com o 4º Tabelionato de Notas desde 1937), da família Hoffman (desde 1976), e da família Barrozo.

Os demais tabelionatos analisados são dos municípios de Londrina (que possui 25 cartórios), Maringá (21 cartórios), Ponta Grossa (24 cartórios), Cascavel (14 cartórios), São José dos Pinhais (17 cartórios), Foz do Iguaçu (sete cartórios), Colombo (nove cartórios), Guarapuava (22 cartórios), Paranaguá (oito cartórios), Apucarana (oito cartórios), Toledo (12 cartórios), Araucária (cinco cartórios), Pinhais (quatro cartórios), Campo Largo (seis cartórios), Arapongas (cinco cartórios) e Umuarama (10 cartórios). Outra questão importante destacada é que não somente boa parte dos proprietários de cartórios possuem vínculos familiares diretos com políticos do estado, mas também os próprios componentes da diretoria e do conselho fiscal da ANOREG-PR, entre 2015-2018, possuem relações estreitas com membros do poder político. Nesse caso, vale ressaltar a importância do ex-deputado estadual e ex-presidente da ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná) Aníbal Khury, cuja família possui titularidade cartorial, além de familiares do atual governador do Paraná, Beto Richa.

Assim, a presente tese pode ser indicada não só para estudiosos da área das Ciências Sociais, História e Direito, mas para todos os interessados em compreender os meandros que caracterizam há longo tempo o "vespeiro" do sistema cartorário do Brasil e, principalmente, do Paraná. Portanto, mais que uma análise da área de Sociologia Política, alicerçada teoricamente e com variadas fontes de pesquisa, o trabalho corajoso e comprometido de Vanderlei Hermes Machado deixa claro que a hereditariedade familiar não se encontra só na política, mas também nos laços com o sistema cartorário e não é apenas uma abstração conceitual, e sim um fato quando se trata da manutenção e da concentração de poder e riqueza no Paraná.